"Estas são as políticas argentinas mais apropriadas aos argentinos"

Domingo Cavallo, ministro da Economia argentino, ontem, em Buenos Aires, em encontro com empresários e economistas.

Pizza para sem-terra? Não dá mais!

FABIO GIAMBIAGI

O Brasil vive um paradoxo. Por um lado, uma parte importante da população julga que "o governo não dá atenção ao social". Por outro, o gasto assistencial tem aumentado ano após ano.

Vamos aos números. Em 1999 havia 19 milhões de pessoas que recebiam benefícios do INSS. Desses, 12 milhões recebiam 1 salário mínimo (SM). Em 2001, serão 13 milhões. Fala-se que "o SM é vergonhoso", mas 13 milhões x R$ 180 x 13 pagamentos mensais = R$ 30 bilhões/ano. No início do Plano Real, o SM era R$ 65. Hoje, é R$ 180. Entre julho de 1994 e abril de 2001 (último reajuste) o SM aumentou 177% e o IPCA 87%: um aumento real de 48%. À luz disso, é difícil sustentar que "o Governo FHC arrochou o trabalhador"!

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) aprovada na década de 90 criou um novo benefício. Hoje atinge 1,29 milhões de pessoas. Em 1999 eram 944 mil (média anual). O crescimento foi de 1,3% ao mês ou 17% a.a. (sic). A idéia de que "o Governo não olha para o social", portanto, não guarda correlação com a realidade. As evidências são abundantes: a reforma agrária tinha recursos irrisórios e hoje recebe um fluxo anual significativo; os programas sociais consomem muitos mais recursos do que no passado; etc.

É importante frisar que ninguém está contra o que aconteceu. O nome do que foi feito é "rede de proteção social" e explica por que a situação brasileira não se deteriorou como aconteceu em outros países. Mas uma coisa é reconhecer que aumentar o gasto assistencial, elevar o valor real do SM etc., foram importantes para manter certa coesão social e melhorar as remunerações de base e outra muito diferente é defender que esse processo de aumento da relação gasto público/PIB continue indefinidamente.

Existe nos meios políticos a tendência natural a julgar que todo gasto social é defensável. Um amigo meu costuma dizer que "se alguém chegar em Brasília e propor um programa de distribuição de pizza de graça aos sem-terra, é aprovado na hora, sem que ninguém analise se faz sentido ou se é a melhor maneira de ajudar a população carente". Esse processo está se esgotando, porque o cobertor (a receita) é curto.

A demanda pelo assistencialismo deve-se à imensidão das carências do país, mas a capacidade de satisfazê-la é limitada

Marcelo Neri mostrou neste espaço que na faixa de 0 a 5 anos, 39% do universo dessas crianças é indigente e que no grupo de mais de 65 anos, o percentual de incidência de indigentes nesse universo é de 9%. De certa forma, no Brasil, para um dado nível de gasto, aumentar a remuneração dos aposentados implica fazer um pacto com Herodes. Os críticos costumam denunciar o Governo quando ele diz "não" a novas demandas de gasto, acusando-o de estar "preso à lógica do FMI". O problema, porém, não é escolher entre a sociedade e o FMI. O dilema é: que tipo de gasto deve ser privilegiado? Gastos com a infância ou com outros grupos? Os aposentados tiveram aumentos reais que têm que ser preservados, mas esse processo não pode continuar por muito tempo. Os dados falam por si: em 1991, o gasto com INSS era de 3,4% do PIB e a carga tributária de 24% do PIB. Dez anos depois, o INSS consome 6,3% do PIB — e a carga tributária está em 32% do PIB.

O que foi feito justificou-se como forma de criar uma rede de proteção, mas no futuro o aumento do gasto terá que ser examinado com mais cuidado. O risco de criar uma imagem de que "não se investiu no social" e gerar uma demanda por novos aumentos de gasto, é enorme. A questão é: qual a melhor estratégia, em um país onde os recursos são escassos, para que daqui a 10 anos o Brasil seja um país mais justo? A demanda por maior assistencialismo explica-se porque as carências do país são imensas, mas a capacidade de satisfazê-la é limitada.

A melhor forma de o país se desenvolver é estimular o setor produtivo a investir e criar emprego. O subdesenvolvimento não sobrevive ao crescimento sustentado. Se para aumentar o assistencialismo for preciso aumentar mais a carga tributária, os futuros governos poderão incorrer em um grave equívoco e, desejando fazer uma opção pelos pobres, poderão a rigor fazer uma opção pela pobreza. Até agora, combater esta significou dar dinheiro aos excluídos. No futuro, porém, combater a pobreza terá que ser sinônimo de induzir o setor produtivo a dar emprego a esses excluídos, através do crescimento, com regras claras, ambiente macroeconômico sadio, controle do gasto e inflação baixa. Do contrário, se a carga tributária for a 35% do PIB, o risco é o de liqüidar com o empresariado que faz o país crescer.

Fabio Giambiagi, economista, é co-autor de "Finanças Públicas - Teoria e prática no Brasil" (Ed. Campus). E-mail: fgiambia@terra.com.br